

# REGIME MILITAR

26.XII.57

Para ninguém é segredo que, desde os dois golpes de 11 e 21 de novembro de 1955, encontra-se o País sob um governo militar, embora de aparência civil. Quem em verdade governa é o Ministro da Guerra e os generais que se lhe associaram naquela triste aventura; ao Presidente da República cabem os resíduos do poder, suficientes apenas para dar à ditadura um disfarce constitucional.

O fenômeno, porém, é muito mais profundo do que se poderia crer. Não se trata somente de um governo de militares, ou influenciado por militares; mas, verdadeiramente, do estabelecimento de um regime militar, exercido em favor de uma casta, que dia a dia vai alargando os seus privilégios. Em situação inferior vai ficando o cidadão comum, que não tem a protegê-lo uma farda.

Rumorosa manifestação de tal fenômeno foram os dois sucessivos ataques a duas repartições policiais, na Capital da República, por elementos das Forças Armadas, afim de revidar à ação policial exercida contra alguns dos seus membros que se haviam desmandado. O primeiro destes casos, em que intervieram soldados e oficiais do Exército, permanece ainda impune, não obstante o renome de soldado disciplinado e disciplinador, que acompanhava o general Teixeira Lott; o segundo, pertinente a soldados da Aeronáutica, terminou, felizmente, com o castigo dos desordeiros.

Até aqui, porém, tudo poderia levar-se à conta de simples indisciplina, conquanto indisciplina grave, que mais interessaria às próprias autoridades militares. Ocorreu, entretanto, um fato, que demonstra estarmos em pleno regime militar. E' o que referimos em nossa última edição.

Um coronel do Exército é denunciado por crime de *duplo* homicídio, pela justiça comum. Para anular ou subverter o processo, o ministro da Guerra manda instaurar um dos seus famosos inquéritos policiais-militares, em que o presidente, general Luiz Ravedutti Sobrinho, detém legalmente e coage testemunhas a prestar depoimentos tendentes a tumultuar e anular o processo. O promotor Público que ofereceu a denúncia foi obrigado a depor durante seis horas perante a autoridade militar. E o próprio juiz é coagido pelo general empenhado na missão militar de ~~o~~ «as circunstâncias em que o coronel foi denunciado». Assim, por incrível que pareça, o inquérito policial-

*apurar*

militar não foi instaurado para apurar a culpa do coronel acusado do homicídio, mas contra a justiça civil, que o denunciou! Não se tratava de um inquérito paralelo (o que já seria censurável) mas de um inquérito contrário (o que é simplesmente inominável).

Felizmente, as altas autoridades militares tiveram pela frente um juiz digno deste nome, um juiz que nos faz exclamar: «Ainda há juizes, não só em Berlim, mas também no Brasil!» O juiz Claudio Viana de Lima, que apenas há quatro meses exerce a magistratura, narra os fatos em seu despacho e denuncia em termos candentes a coação que está sofrendo. Basta dizer que o general Ravedutti, acompanhado de seu ajudante de ordem, o tem visitado com frequência. Mais do que interferência, já de si grave, é pressão militar sobre a Justiça.

Divulgado o fato, não poderia ele deixar de provocar, não dizemos escândalo, pois nada mais escandaliza neste País, mas reação. O Conselho Seccional da Ordem dos Advogados, no Rio, protestou veementemente contra a pressão exercida sobre o juiz e oficiou ao ministro da Justiça, ao presidente do Tribunal de Justiça, ao ministro da Guerra e ao Presidente da República.

Não sabemos se isto produzirá algum efeito. Mas, ainda que o produza neste caso, nem por isto deixa de estar bem caracterizado o regime militar em que entramos a 11 de novembro de 1955 e no qual o sr Nereu Ramos, primeiro, e o sr. Juscelino Kubitschek, depois, não passam de figura de proa.

E' claro, e desnecessário seria dizê-lo, é claro que neste regime é apenas um grupo, mais ou menos numeroso, de militares, que tem responsabilidade. A maioria assiste entre contristada e revoltada, à triste situação. Mas isto ainda mais odioso torna o regime, que, embora por obra de reduzida minoria, não pode deixar de ir solapando a solidariedade entre civis e militares.